HIV/AIDS: Saúde da Mulher em Privação de Liberdade

Autor(res)

Andressa Ferreira Alves Itiyama
Letícia Meireles Maravilha
Brendha Gabrielly Da Silva
Millene Santos Vidotti
Bruna Vidoto Dos Santos

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

A incidência de HIV/Aids nas unidades penitenciárias brasileiras é extremamente preocupante, sendo 138 vezes superior à observada fora dela, conforme aponta o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN). Além disso, segundo estimativas da UNAIDS (Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS), 50% das pessoas infectadas mundialmente são mulheres (UNAIDS, 2023).
Embora o Brasil seja uma referência no tratamento clínico do HIV/Aids, determinados grupos sociais, como os Indivíduos Privados de Liberdade (IPL), frequentemente são excluídos desses avanços. Os presídios, conhecidos por sua superlotação, são ambientes propícios para a prática de comportamentos de risco para Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), incluindo o HIV, como relações sexuais sem proteção, uso de drogas injetáveis, prostituição e violência sexual (Carvalho; Buchalla, 2018).
A constante interação entre presos e a comunidade externa, por meio de visitas íntimas e transferências, amplia o risco de transmissão para além dos muros do sistema prisional, tornando o problema uma questão de saúde pública.

Objetivo

Este estudo visa evidenciar a vulnerabilidade das mulheres privadas de liberdade ao HIV/AIDS, investigando fatores estruturais e comportamentais do ambiente prisional. Analisa barreiras no acesso à prevenção, diagnóstico e tratamento, e destaca sua exclusão nas políticas públicas de saúde, apontando os impactos na saúde coletiva e a urgência de estratégias específicas.

Material e Métodos

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, realizada por meio da análise de artigos científicos disponíveis na plataforma SciELO. A seleção dos estudos considerou publicações que abordam a temática do HIV/AIDS em mulheres privadas de liberdade no Brasil. As fontes foram analisadas com o objetivo de identificar aspectos relacionados à vulnerabilidade dessa população. Os principais critérios observados incluíram a presença de dados sobre acesso à informação, condições estruturais das unidades prisionais, processos de

ISBN 978-65-01-54084-9

diagnóstico e oferta de tratamento. A análise permitiu sintetizar os principais desafios enfrentados por essas mulheres no contexto prisional.

Resultados e Discussão

A saúde da mulher privada de liberdade constitui uma preocupação crescente nas políticas públicas, especialmente no que se refere à infecção pelo HIV. As condições precárias como superlotação, insalubridade, violência e ausência de assistência integral à saúde favorecem a disseminação do vírus. Nesse contexto, a vulnerabilidade de mulheres reclusas é intensificada por fatores como baixa escolaridade, uso de substâncias psicoativas, prostituição e início precoce da vida sexual (UNAIDS, 2023).

Um estudo apontou que 76,9% das mulheres soropositivas encarceradas iniciaram a vida sexual antes dos 15 anos, 53,8% relataram envolvimento com prostituição. Embora o tratamento antirretroviral esteja disponível nas unidades prisionais, muitas mulheres enfrentam dificuldades em manter a adesão ao tratamento, em razão da ausência de suporte psicológico e da descontinuidade do cuidado (Camargo et al., 2012).

O Ministério da Saúde destaca a importância de ações voltadas à prevenção, diagnóstico precoce e educação em saúde. No entanto, tais estratégias enfrentam obstáculos estruturais, como a falta de integração entre os serviços de saúde e o sistema prisional, além da escassez de profissionais capacitados. Ademais, a constante movimentação entre o sistema prisional e a comunidade externa, por meio de visitas íntimas, saídas temporárias e transferências, contribui para a disseminação do HIV.

Conclusão

Diante do exposto, conclui-se que metade da população infectada pelo vírus HIV são mulheres, fatores como prostituição e violência sexual contribuem para o agravo dessa situação. Em suma, mulheres privadas de liberdade são expostas aos riscos de maneira abrangente, pois a convivência em ambiente insalubre, uso de substâncias psicoativas e a falta de informação agravam a disseminação de infecções. Por tanto, é imprescindível que haja criação de políticas públicas, na área da saúde, de prevenção e tratamento, que visem o apoio e suporte para essa população, por muito esquecida.

Referências

CARVALHO, M. L. & BUCHALLA, C. M. (2018). Infecções sexualmente transmissíveis e HIV entre presos: desafios para a saúde pública. Cadernos de Saúde Pública, 34(10), e00110317. Disponível em: SciELO. Acesso em: 14 abr. 2025.

CAMARGO, J. P. de et al. (2012). Perfil das mulheres soropositivas em situação de reclusão. Revista de Atenção à Saúde, 30(4), 369–376. Disponível em: Repositório UNIP. Acesso em: 6 abr. 2025.

UNAIDS (2023). Pessoas em prisões e outros ambientes fechados: enfrentando o HIV e outras infecções transmissíveis. Genebra: UNAIDS. Disponível em: UNAIDS. Acesso em: 6 abr. 2025.

ISBN 978-65-01-54084-9